

1 - INTRODUÇÃO

O nacionalismo político brasileiro tem duradoura e longa história. Duradoura, porque até o presente são centrais na vida política do país algumas de suas principais heranças: a Petrobras segue, por exemplo, a ocupar insubstituível posição na economia e no imaginário político nacional, retornando, sempre, ao centro do debate público. Longeva, porque o conceito de nacionalismo não se restringe às lutas políticas da década de 1950. Antes, sua origem é tão antiga quanto a construção política e simbólica do Brasil, no segundo quartil do século XIX.

História, portanto, extensa no tempo, mas também densa em cada um dos momentos em que assumiu condição de protagonismo na experiência política do país. A trajetória do conceito de nacionalismo é profícua nos sentidos que assumiu. Sentidos tão variados quanto a grande distância que separa o nacionalismo de autores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e os da Escola Superior de Guerra (ESG), dentro de mesmo recorte temporal. A comparação é clara imagem da amplitude de significados que o conceito assumiu na vida política do país.

De fato, afirmar a centralidade de um conceito é, simultaneamente, afirmar que se referencia em determinada experiência e que referencia essa mesma experiência com o conjunto de sentidos que lhe dão substância. O conceito ao mesmo tempo confere densidade ao momento histórico e é por esse momento afetado, modificado pelo conflito político que se desenha. Ao modo dessa reflexão, o presente artigo cumprirá um roteiro em duas partes. Primeiro, será feita uma reflexão sobre um conjunto de significados que o conceito de nacionalismo articulou em si durante a história, particularmente a brasileira. Segundo, será feita uma análise das implicações da experiência política brasileira de fins da década de 1950 e início da de 1960 para o conceito de nacionalismo, particularmente por meio da análise das obras de Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré.

Pode-se iniciar a argumentação por um atributo estrutural do conceito de nacionalismo, no sentido moderno que lhe foi atribuído no século XIX. Ou seja, algo que, de maneira independente do conteúdo que lhe é atribuído, organiza a semântica do conceito. Esse atributo será aqui nomeado de dualidade básica do conceito. Antes de tudo, o nacionalismo distingue e relaciona o estrangeiro e o doméstico.

O modo pelo qual o faz, entretanto, varia grandemente a depender da experiência histórica que se pontua na análise. Tome-se, por exemplo, o uso feito do conceito no período romântico de construção da identidade brasileira, no século XIX. A dualidade expressa

nas obras literárias românticas procurava conciliar a dualidade entre o universal – ou seja, os padrões estéticos e políticos que referenciariam o conceito de progresso civilizatório – e o particular, ou seja, a nacionalidade brasileira. O esforço conceitual dessa experiência, promovido pela elite cultural do Império, não foi afirmar o antagonismo entre os dois polos, mas, antes, o de negá-lo: a dualidade entre o nacional e o estrangeiro não se poderia configurar na forma de um par desigual e antitético. A possibilidade de vislumbrar semelhante antagonismo era real: a presença da escravidão e do negro na sociedade brasileira postou verdadeiro desafio à organização do ideal de nacionalidade referenciado na cultura europeia. Essa dificuldade se aprofundou com o desenvolvimento das teses racistas na segunda metade do século, donde se percebe a importância da afirmação de um dos organizadores políticos do regresso conservador, Bernardo Pereira de Vasconcelos: “A África civiliza”.

A dualidade do conceito de nacionalismo, entretanto, não assumiu apenas a faceta da complementaridade. A ênfase nos particularismos do território e da vida nacional cumpriu importante papel no processo de conquista e conhecimento do território nacional em que estavam empenhados os saquaremas em meados do século XIX e de que é principal exemplo a obra do Visconde do Uruguai.

Essa linhagem semântica do conceito de nacionalismo, entretanto, sobreviveu a esse período, na medida em que forneceu importantes subsídios de crítica à onda liberal que, no meio jurídico e político, formou-se no país nas últimas três décadas do século XIX, e afirmou-se na ordenação de uma ordem política descentralizada e liberal na Primeira República. É interessante notar, a respeito, que é a ideia de organização nacional aquela que fundamenta a obra de Alberto Torres Homem, em que, na segunda década do século XX, é tecida uma crítica substantiva à Constituição em torno à qual se organiza o regime político da época.

A partir da década de 1930, essa tradição começa a incorporar um novo elemento que se irá afirmar com vigor na década de 1950: o nacionalismo para o desenvolvimento. A relação desse novo momento com a trajetória crítica ao liberalismo é importante de se sublinhar. Entre o século XIX e o começo do XX a ênfase no conhecimento da realidade nacional objetivava desvendar a melhor forma de proceder à organização do país; a partir das décadas de 1930 e 1940, entretanto, a autoridade do Estado lograda por conta do fortalecimento da administração pública que sempre fora louvada pelos autores dessa linhagem bota-se à serviço da modernização nacional.

A obra de Oliveira Vianna é emblemática na transição que se procede em meio à essa linhagem. O particularismo da realidade brasileira reflete-se, principalmente, em desiguais níveis de modernidade no território nacional. Sem um correto diagnóstico disso, fica inviabilizado não apenas a construção de uma apropriada administração pública, que não deve seguir os ditames do liberalismo, que prega o tratamento horizontal a realidades fundamentalmente distintas, como também a própria capacidade de o Estado brasileiro promover um efetivo projeto de modernização.

Da evolução do conceito de nacionalismo, portanto, podem-se retirar dois significados centrais que deram conteúdo semântico à estrutura dual a que se fez referência no início do texto. O primeiro é a importância do conhecimento das particularidades da realidade local como contraponto à importação tida por inadequada de conceitos e regimes universais. O segundo é o fato de que a dualidade básica expressa pelo conceito de nacionalismo não foi usado para se negar a ordem internacional ou doméstica vigentes, mas sim para se construir uma ponte entre o estrangeiro e o nacional, entre o particular e o universal. Essa ponte era o progresso civilizatório do século XIX ou a modernização da década de 1930.

Pretende-se, neste trabalho, discutir como essa herança semântica foi trabalhada e modificada por dois autores na década de 1950: Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré.

O desenvolvimento do processo de democratização do país, entretanto, produziu, ao longo da década de 1950, padrões mais agudos de conflito político que reverberaram de forma significativa no conceito de nacionalismo desses autores. O argumento é o de que a experiência de democratização do país se traduziu, na obra desses autores, na politização do conceito de nacionalismo.

2 - NACIONALISMO PERIFÉRICO, REVOLUCIONÁRIO E DEMOCRÁTICO

“O Nacionalismo representa o ideal democrático, só esposado pelas classes em ascensão, que necessitam de liberdade como o organismo humano de oxigênio, que vivem do esclarecimento da opinião, que precisam discutir e colocar em público. Precisam, mais do que tudo, do apoio popular, e só isso revela o caráter democrático, essencial, da posição nacionalista.” (SODRÉ, 1960, p.31)

Até o momento, procuramos descrever brevemente como foram diversas as apropriações do conceito de nacionalismo ao longo da história do Brasil Independente, e como estas expressam movimentos de ideias e mobilizam projetos políticos, perpassando os temas da construção da identidade nacional, da conscientização da condição periférica do país, da modernização e do imperativo de bases nacionalistas para o desenvolvimento.

As rápidas transformações nos planos político, econômico, cultural e social, processadas durante a primeira metade do século XX no Brasil, se refletem em um conjunto heterogêneo de manifestações intelectuais que, em princípios da década de 1950, passam a constituir um ideário ou uma linguagem - no sentido conferido por Pocock (2003) - em torno de um projeto político cujo principal intento era viabilizar o desenvolvimento do país sob bases teóricas autônomas/nacionais. Segundo a interpretação do pensamento político brasileiro que estamos traçando, existe um hiato quanto à análise adequada das diversas apropriações do conceito de nacionalismo na história intelectual brasileira, especialmente no que tange à discussão do nacional-desenvolvimentismo. Faltam estudos dedicados à análise das distintas manifestações e implicações práticas atreladas ao conceito de nacionalismo. A historiografia constituída sobre o conceito no período tendeu a operar de forma planejado-

ra, homogeneizando o pensamento nacional-desenvolvimentista como um projeto monolítico, e, com isso, esvanecendo as nuances do movimento e seu arcabouço conceitual tanto em sentido sincrônico como diacrônico.

O presente artigo não pretende dar conta das nuances diversas do movimento nacional-desenvolvimentista e nem da crítica a essa historiografia homogeneizante, mas antes, lançar luzes sobre uma manifestação que, a despeito da relevância de seus autores, é ainda muito pouco estudada. Trata-se das concepções de nacionalismo presentes na obra que Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré que, a partir da segunda metade da década de 1950, vem a constituir elemento chave para a compreensão do deslocamento de paradigmas que podemos conceber como uma virada no movimento nacional-desenvolvimentista para o flanco político de expressão nacional-democrático. A proposi o   a de que sob a pena destes dois autores se perpetra um esforço de politiza o do conceito de nacionalismo atribuindo-lhe um caráter periférico, revolucionário e democrático. Neste sentido, a análise dessas concep es representa empenho profícuo visando a identifica o de elementos de tradi o e inova o nas linguagens e linhagens do pensamento político brasileiro.

Ainda que esquematicamente, podemos indicar que as referências mobilizadas para a elabora o dessa concep o passam por três movimentos: a recupera o de elementos da tradi o nacional-estatista, as categorias de centro-periferia mobilizadas pela CEPAL e o contato com manifesta es dos movimentos de liberta o colonial que eclodiam na África e Ásia naquele período. Cabe afirmar que não buscamos apontar uma uniformidade indelével entre o pensamento de Sodré e Guerreiro, mas propor que a análise dos conceitos em sua mobiliza o pelos autores, enquanto partes constituintes de uma linguagem compartilhada, colaboram para o entendimento da complexidade do quadro teórico e do projeto político original que se constituía durante o período de vigência do ISEB. Neste sentido, serão destacados os pontos de contato que explicitam a busca pela consolida o de um ideário compartilhado que operava em torno do conceito de nacionalismo na obra dos autores, entre os anos de 1955 até 1964.

Para tanto, cumpre apontar brevemente aspectos relacionados também ao conceito de desenvolvimento. Até o final da Primeira Guerra Mundial, a concep o geral desse conceito no ocidente era pautada pelo paradigma liberal cosmopolita mediatizado pela categoria de civiliza o. Segundo essa interpreta o, todos os países encontravam-se em um processo civilizatório, cujo centro irradiador era a Europa. No Brasil, a percep o dos intelectuais quanto às vicissitudes do advento civilizacional do país como decorrência de um processo universal expressa-se na obra de alguns em uma melancólica constata o de que faltavam aqui os atributos básicos para a sua inser o no concerto das na es e para produ o de conhecimentos próprios - notadamente, história, cultura, na o e povo.

Conforme indicado no início do texto, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Visconde de Uruguai, Alberto Torres e Oliveira Viana são exemplos de intelectuais brasileiros que, atendendo para as particularidades do Brasil, em diferentes momentos e sob  ticas distintas, co-

meçam a questionar o transplante do ideário universalista liberal como único caminho para o ingresso do país nos quadros da civilização e do progresso. A princípio, a diferente orientação político-metodológica de Sodré e Guerreiro imprimia uma distinção quanto à valorização de alguns autores da tradição nacional-estatista como precursores de um pensamento autêntico, entretanto, ambos dialogam, ainda que indireta ou criticamente com essa linhagem em seu intuito de formular teorias próprias do desenvolvimento nacional.

2.1 - O QUE É UMA COLÔNIA? OU O NACIONALISMO COMO IDEOLOGIA DE LIBERTAÇÃO

"Uma colônia é um espaço cujos habitantes globalmente considerados não existem 'para si'. Existem como proletariado externo do centro metropolitano a que se vinculam. A lei configuradora da sociedade colonial não se organiza segundo critérios endógenamente elaborados e oriundos de sua própria realidade". (RAMOS, 1960: 54)

A constatação das particularidades da história e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil conduz nossos autores, em seus escritos da segunda metade da década de 1950, a uma interpretação particular da questão nacional a partir de uma perspectiva pós-colonial. Às contribuições dos já referidos autores da linhagem nacional-estatista - em sua crítica ao liberalismo - e da CEPAL - que desmontava a concepção do subdesenvolvimento como estágio a ser superado pela adoção na periferia de modelos de desenvolvimento centrado - soma-se a recepção no Brasil de elementos da sociologia do conhecimento, do existencialismo culturalista e do pensamento terceiro-mundista. Profundamente implicados na compreensão dos aspectos sociológicos, políticos, econômicos e culturais decorrentes do processo de descolonização, autores como J. Sartre, G. Balandier, F. Fanon e A. Césaire figuram como interlocutores para se pensar a necessidade de autoconsciência dos condicionantes históricos enquanto requisito para a superação dos obstáculos à autonomia nacional.

Ao dialogar com esse ideário, Guerreiro e Sodré se opõem à interpretação corrente do passado colonial e da herança ibérica enquanto barreiras intransponíveis entre o projeto de civilização emocional dos trópicos e a racionalidade do gênio do Norte. O caráter colonial de nossa história e de nosso presente não deveria ser ocultado ou tido por degenerescência, mas lembrado e estudado tendo em vista a possibilidade efetiva de sua superação. Afirmavam que a compreensão da história do Brasil enquanto ex-colônia e país periférico deveria ser recuperada de forma a viabilizar o desenvolvimento segundo critérios endógenos. A perpetuação dos traços coloniais em nossa sociedade não representaria uma chaga indelével atrelada à herança cultural ibérica, mas a ausência de doutrinas endógenas materializou-se, nas palavras de Sodré, em uma emancipação limitada. A mediação de teorias universalistas respaldou a subsistência de arranjos políticos e sociais que permitiram às classes dominantes "manter tudo o que era colonial, não sendo colônia". (SODRÉ, 1960: 22)

Esse "universalismo anti-histórico" (RAMOS, 1960: 225) atuava impedindo a distinção das fronteiras que separam o sistema econômico interno do aparelho capitalista externo, inibindo a consciência da antinomia entre os interesses nacionais e antinacionais, cujas vicissitudes enfrentadas no projeto de industrialização no Brasil são representativas. Portanto, a adoção de uma concepção de nacionalismo como tomada de consciência do conflito necessário para a superação da condição colonial teria um conteúdo revolucionário:

"O nacionalismo é a ideologia dos povos que, na presente época, lutam por libertar-se da condição colonial. Eles adquiriram a consciência de sua restrita capacidade autodeterminativa e pretendem exercê-la em plenitude. Mas a capacidade autodeterminativa, ou a soberania, não é atributo inato, dom da natureza, nem se obtém à maneira de dádiva de um poder munificente. A efetiva soberania, é atributo histórico adquirido pelas coletividades, mediante luta, audácia e iniciativa. O nacionalismo é reivindicação essencial que fazem hoje os povos que não se encontram ainda em pleno gozo da soberania. Aqueles que são já plenamente soberanos não carecem de fazer essa reivindicação. Proclamam-se universalistas. Têm menos a perder se o mundo se conservar tal como se encontra do que se outro for o panorama universal que resulte da ascensão histórica dos povos periféricos. O conteúdo de tal universalismo é conservador, enquanto o conteúdo do nacionalismo é revolucionário." (Ibidem)

2.2 - O NACIONALISMO REVOLUCIONÁRIO: POR UMA TEORIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Segundo interpretação partilhada pelos autores, desde os tempos coloniais, passando pela independência, até 1930, a classe territorial mantivera uma hegemonia incontestada da condução das instituições políticas do país. A condição de país agrário exportador, dominado por uma classe territorial alinhada à divisão internacional do trabalho, perpetuara a submissão colonial da nação apesar da independência ou das mudanças de regime político. O contínuo domínio da classe agrário-exportadora permitiu a manutenção da consonância de interesses entre esta e entes exógenos: a metrópole; a burguesia europeia; e, ainda na década de 1950, as forças imperialistas interessadas no mercado nacional. Apesar da independência formal, a economia subdesenvolvida e o desenvolvimento dependente do mercado externo constituíam entraves para a autodeterminação do país. O nacionalismo apresentava-se, nesse contexto, como ideologia da libertação nacional que haveria de se expressar na efetivação da Revolução Brasileira.

Mas o que seria efetivamente a Revolução Brasileira? Em meio a um contexto histórico no qual o conceito de revolução figurava como importante paradigma, qual o caráter que esta deveria assumir? Libertação nacional? Revolução Burguesa? Marxista-leninista? Anteriormente apresentamos como Guerreiro e Sodré se apropriam da concepção de nacionalismo associada aos movimentos anti-coloniais de libertação nacional para lhe inferir um caráter revolucionário expresso na própria ideia de Revolução Brasileira. Entretanto, diferentemente dos países dos continentes africano e asiático que naquele período combatiam efetivamente o jugo colonial, o Brasil já era formalmente independente há mais de um século, o

que impelia os autores a empreender um esforço teórico visando a transformação da ordem política, econômica e social, que apontava para o embate com as duas últimas concepções esposadas acima.

Um ponto fundamental no debate realizado por esses autores diz respeito ao caráter que Revolução Brasileira deveria assumir considerando-se a história do desenvolvimento econômico, político e social peculiar ao Brasil, enquanto ex-colônia e nação subdesenvolvida da periferia do capitalismo mundial. Os paradigmas estavam postos e não haveriam de ser transplantados de maneira a-crítica. O nacionalismo é concebido, neste plano, como baliza para que se re-visite os paradigmas de processos revolucionários promotores de mudança social - revolução burguesa e marxista-leninista - para a formular uma concepção própria de revolução. Nos interessa, portanto, analisar como os autores dialogaram com estas concepções para fundamentar um projeto de Revolução Brasileira.

A chave para a compreensão da interpretação dos autores quanto ao tema da Revolução Brasileira é a incompletude dos movimentos emancipatórios e de caráter progressista no Brasil. A Independência não efetivara a ruptura entre nossas elites econômicas e as potências, decorrendo daí a necessidade da adoção de um nacionalismo revolucionário para romper com o regime de semi-colonialismo; assim como a revolução burguesa também efetivara-se de maneira incompleta quando do transplante de suas ideias para as terras brasileiras. Desde meados da década de 1930, a classe territorial demonstrava sua incapacidade de manter-se como liderança hegemônica na condução do país, e, apesar do desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e urbanização, a burguesia nacional não se constituía madura e forte o suficiente para conduzir um efetivo processo revolucionário análogo ao que se passara na Europa.

Em meados da década de 1950, a perspectiva em relação à incompletude da revolução burguesa conduzia os autores a aventar a necessidade de uma aliança entre as classes progressistas daquela fase do desenvolvimento: o proletariado e a burguesia nacional. Incompleta, a revolução burguesa no Brasil não havia instituído as pautas políticas progressistas atreladas a esse movimento no velho mundo - especialmente a eliminação do monopólio feudal sobre as terras e ampliação da participação política. Portanto, em nossa compreensão, o caráter etapista que perpassa a concepção de Revolução Brasileira que estamos destrinchando somente denota uma estratégia política em detrimento de formulações modernizantes/revolucionárias dogmáticas. Em seu desdobramento, essa interpretação considerava que a efetivação da formação de uma burguesia nacional realizava-se no Brasil quando da existência de um proletariado em organização crescente e reivindicante de participação, o que levava à conclusão que esta segunda era a classe em ascensão naquele momento histórico, logo, condutora e principal beneficiária do processo revolucionário. Havendo que se considerar que este movimento não representava um fim último, mas a instituição de um processo político democrático enquanto catalizador da mudança social. A Revolução Brasileira seria expressão do protagonismo das classes sociais em ascensão, me-

diatizada por uma concepção política de nacionalismo - expressa em conflitos internos e externos -, que manifesta uma ruptura com as classes dominantes coloniais e o imperialismo, em nome de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo e democrático.

"Qual a tarefa progressista e revolucionária, na atual etapa da vida brasileira? Note-se: pela primeira vez aparece o conceito de revolução quanto às tarefas históricas, no que se refere ao nosso País. A Independência e a República, com efeito, foram tarefas progressistas, mas não foram tarefas revolucionárias: a classe dominante permaneceu a mesma, embora, no segundo caso, tivesse, depois da mudança do regime, repartido o poder com a nascente burguesia, continuando hegemônica. Agora, trata-se de liquidar, definitivamente, a classe latifundiária, tornada anacrônica pelo desenvolvimento do País. Trata-se de substituí-la. Trata-se, ainda, de quebrar a aliança que a vincula ao imperialismo, derrotando também a este e barrando-lhe a ingerência no processo nacional." (SODRÉ, 1967: 203-204)

No contexto cujo o grande desenvolvimento material levado a cabo pela União Soviética era tido como invejável e paradigmático, e, a despeito de ser um dos objetivos dessa concepção de Revolução Brasileira o desenvolvimento das forças produtivas do país, seu caráter nacional e periférico implicava na rejeição da possibilidade de importação de qualquer fórmula ou modelo revolucionário. O que remetia, fatalmente, a uma crítica à possibilidade de transplantação da teoria marxista-leninista para o Brasil. Ambos os autores estão criticando posições marxistas e soviéticas ortodoxas enquanto obstáculos para a formação de uma teoria nacional da revolução, que deveria ter caráter contingente e ser formulada a partir da realidade efetiva do país. É interessante apontar que na interpretação de Guerreiro (1963), as revoluções Russa, Chinesa e Cubana, de fato, eram provas da qualidade condicionada das teorias revolucionárias. Longe de expressarem a obrigatoriedade de uma fórmula rígida, denotam como se deve partir de condições históricas específicas para se conceber mecanismos ou teorias da mudança social. E, apesar das referências elencadas como exemplo, os dois eram enfáticos ao afirmar que, no caso brasileiro, a revolução não deveria romper com a institucionalidade democrática, mas ampliá-la. Sodré, por sua vez, irá criticar indiretamente o marxismo-leninismo e qualquer tipo de ortodoxia revolucionária, alegando que um "avanço aventureiro não constitui de forma alguma prova de fidelidade a princípios", e, assim sendo, "as forças democráticas da sociedade podem conseguir, mesmo sem sair dos marcos das reformas de estrutura, de conteúdo não-socialista, a transformação libertadora que a etapa atual impõe como justa, possível e necessária."(SODRÉ, 1967: 239)

Importante pontuar que a defesa do desenvolvimento do capitalismo, assim como do nacionalismo, não era tomado pelos autores como um fim em si mesmo, mas amparado em um viés instrumental. Em sua leitura, o que caracterizava o caráter revolucionário dos movimentos era a quebra de hegemonia das classes estabelecidas por outras em ascensão. Segundo a interpretação posta anteriormente, a história do Brasil já registrara movimentos progressistas e nacionalistas, porém, eles nunca haviam se constituído em movimentos efetivamente revolucionários por não terem efetivado a derrocada do domínio da classe hegemônica. A particularidade do caso brasileiro residia no fato da classe em ascensão por

excelência ser a classe trabalhadora, e não mais a burguesia. Portanto, apesar da necessidade da constituição de uma burguesia nacional e de uma coalizão entre as classes progressista, esta não haveria de ser a protagonista do processo da Revolução Brasileira, daí o caráter democratizante inerente ao processo segundo a formulação desses autores. O direcionamento diferencial das teorias do desenvolvimento naquele momento, e, mais especificamente, quanto à defesa da industrialização do país, remetia à necessidade, que então se efetivava, da criação de um mercado interno. Esse era tomado pelos autores como, nas palavras de Guerreiro, um substrato material fundamental para a existência de um povo, que, por sua vez, haveria de ser o protagonista por excelência da revolução nacional.

"O nacionalismo no Brasil ainda não se clarificou como movimento em virtude do aristocratismo da maioria dos seus líderes, aristocratismo que consiste em crer que a sua definição poderá decorrer de façanha da inteligência individual. O nacionalismo é essencialmente uma ideologia popular e só poderá ser formulada induzindo-se da prática do povo os seus verdadeiros princípios. É o povo que o vive, embora constitua tarefa de quadros representativos a sua formulação elaborada. É inútil pretender encerrá-lo numa definição, abrangendo de uma vez por todas as questões que lhe dizem respeito. Esta não poderá surgir como evangelho, de que seja arauto algum iluminado. Durante muito tempo, será obtida por aproximações sucessivas. O nacionalismo só poderá conter-se numa concepção última e tranquila quando o povo superá-lo." (RAMOS, 1963: 230)

A hierarquia causal histórica que pressupunha a necessidade da industrialização como condição para a Revolução Brasileira não implica, nestes casos, em procrastinação, mas remete a um ideal democrático inerente ao projeto que esta empenhava. Um nacionalismo aristocrático ou uma revolução imposta de cima para baixo eram justamente os paradigmas e fórmulas que os autores se esforçavam em superar. Como fazer uma revolução sem classe operária organizada? Ou antes, como fazer uma revolução sem povo? Aos que respondem que Lênin assim o fez, Guerreiro afirmava que, devido ao precário estado geral do operariado russo no início do século XX, o líder bolchevique efetivamente realiza a revolução por meio de processos oligárquicos. A formulação leninista do partido como vanguarda revolucionária fora o recurso político-partidário – legítima, para o autor, consideradas as circunstâncias – para efetivar a revolução nas condições históricas e sociais da Rússia Tzarista. Porém, a ideia de universalizar o centralismo democrático como modelo único de revolução seria “um criminoso embuste que a consciência socialista tem que repelir energicamente.” (Idem: 170) Rússia, China e Cuba experimentavam ditaduras cruéis e ilegítimas antes de levarem a cabo suas revoluções. O Brasil, ao contrário, vivenciava um período propício para a ampliação de sua democracia por conta do desenvolvimento e urbanização que experimentara nos últimos anos. A interpretação de nossos autores convergia para a percepção de que naquele momento já se organizara um contingente do proletariado relevante enquanto ator social do qual nenhuma ação ou movimento político poderia prescindir da participação. Nesse sentido, qualquer projeto que representasse uma ruptura das instituições políticas democráticas deveria ser tomado como retrocesso:

“A composição das forças no quadro mundial como a composição das forças no quadro interno mostram que as perspectivas da Revolução Brasileira são as mais amplas. A rapidez com que se processará ou os retardos que possa sofrer dependem, entretanto, da ação dos homens, da ação política, da ação organizada, da análise e do entendimento como da prática. Para que tal ação possa desenvolver-se, a manutenção e a ampliação do regime democrático aparece como imperiosa necessidade. A emancipação do Brasil não é uma tarefa conspirativa, mas a empresa de todo o povo.” (SODRÉ, 1976: 403)

2.3 - O CONFLITO NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA NACIONALISTA: O COMPONENTE POLÍTICO-DEMOCRÁTICO DO NACIONALISMO NA PERIFERIA:

A concepção de Revolução Brasileira exposta a partir dos pontos até agora alinhavados denota o caráter contingente, instrumental e político-democratizante do nacionalismo que lhe inspira. Cumpre apontar que a remissão à categoria de povo, na concepção da Revolução Brasileira a que estamos aludindo, não supõe um caráter essencialista deste ente, como nos movimentos de inspiração romântica, ou tutelar, como nos autores do nacional-estatismo, mas antes, sua representação enquanto referencial de um projeto político democratizante - de ampliação da participação e reformas no sistema de representação -, na qualidade de imperativo inescapável para a viabilidade do desenvolvimento nacional. Essa categoria expressa um sentido de organização política dos setores progressistas em antagonismo a grupos e classes dominantes secularmente organizados.

O caráter genérico, abstrato e histórico do conceito de povo, e sua mobilização demagógica é considerado pelos autores em suas formulações. (SODRÉ, 1962; RAMOS, 1960) Portanto, uma precisa definição de povo naquele momento deveria ser pautada por dois fundamentos: a mediação pela divisão social do trabalho e a consciência coletiva. A primeira remete à necessidade de se ter estabelecida relações materiais de interdependência entre os grupos que o compõem, e a segunda alude à partilha de interesses situacionais que apontem para o plano da transformação progressista da sociedade. Segundo esses critérios, instituía-se que:

Quem é o povo, hoje, no Brasil? São as partes da alta e da média burguesia que permanecem fiéis ao seu País, é a pequena burguesia que, salvo reduzidas frações corrompidas, forma com os valores nacionais e democráticos, é o numeroso campesinato que acorda para a defesa de seus direitos, é o semiproletariado e, principalmente, o proletariado, que se organiza amplamente e comanda as ações políticas. É este o povo que vai realizar a Revolução Brasileira. (SODRÉ, 1962: 51)

Por meio da apropriação dos aportes teóricos cepalinos, Guerreiro e Sodré elaboraram uma teoria do desenvolvimento de viés nacional-democrático em oposição tanto à concepção liberal - princípio das vantagens comparativas de D. Ricardo e da vocação agrária de E. Gudín - quanto à do nacional-estatismo - voltado para a instrução nacionalista de elites condutoras do desenvolvimento. A formação de um mercado interno e a industrialização

passam a figurar como fundamento para a constituição da nação enquanto ente soberano e autônomo, e do povo como condutor da Revolução Brasileira. Assim, como apontamos anteriormente, a defesa do nacionalismo e do desenvolvimento do capitalismo brasileiro adquire na obra desses autores um caráter instrumental, cuja finalidade política seria a instituição de um regime no qual desenvolvimento e mudança social fossem pautados pelo protagonismo indispensável do povo.

Nos últimos anos da década de 1950, o diagnóstico dos autores apontava para a constatação de que o rápido desenvolvimento que caracterizara essa década, teria possibilitado o surgimento do povo enquanto composição social das classes em ascensão, sendo o nacionalismo de caráter popular e democrático sua legítima expressão. Constituído o povo, competia a este a missão de organiza-se politicamente:

“O Nacionalismo aparece, pois, num cenário histórico em que é a saída para uma situação real difícil, cujos sintomas ocorrem na existência cotidiana. Corresponde a um quadro real, a necessidades concretas - não foi inventado, não surge da imaginação de uns poucos, não vive da teoria mas da prática. É uma solução espontânea, e esta aparece como uma das suas limitações e traduz a dificuldade em assumir formas organizadas de luta política. Organizado, é invencível. O teor de paixão que o acompanha, sinal positivo de sua força e não sintoma de fraqueza, assinala a generalidade e a profundidade de seus efeitos: revela que o nacionalismo é popular, o que não pode surpreender a ninguém, uma vez que só é nacional o que é popular.” (SODRÉ, 1960: 31)

O estágio do desenvolvimento nacional era interpretado pelos autores como um período de transação, cujo âmago agora se encontrava no plano político. Esse período de transação caracterizava-se por um conflito no qual o nacionalismo expressava a contradição fundamental, e, por isso, a necessidade da composição de “um novo quadro conjugando interesses de classes” (SODRÉ, 1960: 32). É interessante que ambos os autores reforçam que “transação não equivale a conciliação” (RAMOS, 1963: 191), e que essa deveria se dar “sem prejuízo, aliás, da luta de classes no interior desse dispositivo solidário”. (Ibidem) Mesmo sendo um imperativo “superar a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora” (SODRÉ, 1960: 33), cujo nacionalismo seria expressão política oportuna, deveria se passar para segundo plano a contradição capital-trabalho, “sem negá-la ou obscurecê-la”. (Ibidem)

Podemos interpretar a concepção de desenvolvimento político destes autores como uma sucessão de contradições contingentes e historicamente determinadas, cuja superação demandava importantes doses de estratégia política e disputa de posições. Não há fórmula pronta. A Revolução Brasileira haveria de ser, ao mesmo tempo, social e política, expressando-se no conflito próprio da democracia; nem espontaneísmo e nem voluntarismo, mas organização política de base popular. O nacionalismo, conforme as formulações de Guerreiro e Werneck, não suprime o conflito em nome de um fundamento último de unidade, mas direciona-o considerando uma estratégia política, derivada de análise histórica e social, cujo objetivo era a democratização do regime político brasileiro.

“A solução de cada etapa, assim, está subordinada às contradições próprias à sociedade do tempo e da área considerada. Para os países do tipo do Brasil, as contradições fundamentais, - as que a Revolução Brasileira enfrenta, - são a nacional e a democrática. Solucionando-as, dará um passo à frente, em condições de enfrentar e resolver outras contradições, particularmente a política.” (SODRÉ, 1976: 397)

Naquele estágio da história brasileira, ambos os autores estavam diagnosticando um momento de crise política cuja expressão mais nítida se dava na representatividade dos partidos brasileiros. Guerreiro qualifica a ideia de crise como separação, ou seja, os quadros partidários e governamentais estariam “desligados da atividade prático-concreta do povo” (RAMOS, 1960: 241). O povo seria o novo, “a categoria cardinal da história contemporânea do Brasil” (Idem: 229) que, adquirindo consciência de sua potência política, estava pronto para partilhar do empreendimento nacional e exercer seu papel histórico na solução objetiva das tarefas progressistas. A conscientização do povo não era mais concebida como tarefa de elites tutelares, mas consequência do próprio processo político e das vicissitudes da participação democrática.

O desenvolvimento deixara de ser um processo do qual o povo participaria de forma passiva. Este deveria ser “o principal titular da capacidade econômica, social, política e cultural”, e “corresponde a um retrocesso a pretensão de tutelá-lo” (Idem: 230). Cabia ao povo a “função dirigente por excelência do processo histórico-social” (Ibidem) e, ainda que este exercesse as funções diretivas de modo ainda deficiente, seria o próprio processo democrático que o capacitaria para essa função - “O povo educa a si mesmo, eis uma verdade sociológica preliminar.” (Ibidem)

Os autores defendem, assim, o investimento na pressão por reformas democratizantes do regime político então instituído, concebendo o conflito político como elemento positivo para a mudança social. As reformas no sistema de representação deveriam possibilitar que as pressões populares influenciassem de fato nas decisões políticas:

“Larga parcela das decisões essenciais do País é cometida por titulares desarticulados do fluxo de pressões ideológicas comunitárias. Nas condições vigentes, enquanto não forem sanadas as deficiências da organização partidária, de modo a tornar onipresentes aquelas pressões, é necessário expor a luz da consciência pública todas as instâncias do âmbito decisório essencial do País, pois só assim poderemos obter as condições gerais de opinião que propiciam a adequada fórmula política a programação do desenvolvimento brasileiro. Tal fórmula não pode sair pronta da cabeça de ninguém. Tampouco será estabelecida de uma vez por todas. Surgirá como projeto sujeito a contínua retificação, por isso que não pode ser mera obra de gabinete, mas tarefa submetida ao controle ideológico e à discussão da coletividade.” (Idem: 221)

O conflito político e a pressão popular por meio da representação democrática atuaria no sentido do próprio amadurecimento político do povo. Era imperativo que se mantivesse o regime democrático e se procedessem reformas para o fortalecimento das organizações políticas de expressão popular. Era necessário organizar politicamente os interesses

progressistas, alinhados com a mudança social, com a democracia e com o desenvolvimento nacional para se contrapor, e definitivamente suplantar, a hegemonia e a ingerência das classes conservadoras e imperialistas.

3 - CONCLUSÃO

Diferentemente, portanto, da tradição política do nacionalismo brasileiro, o conceito desenvolvido pelos autores em fins da década de 1950 conferia ênfase ao conflito em detrimento da coesão. O conflito tornou-se uma ponte semântica entre nacionalismo, de um lado, e o processo de democratização do país, de outro. Nesse sentido, na busca por, simultaneamente, conceber um significado e ampliar experiência democrática dos anos de 1950, o pensamento desses autores efetivou uma ruptura com aspecto importante da tradição nacionalista brasileira.

Esse caráter se exprime no nacionalismo revolucionário e periférico, delineado nesse contexto, inicialmente denunciando o antagonismo de interesses entre as classes progressistas no Brasil, o imperialismo e seus colaboradores nacionais. Na medida em os autores desenvolvem uma teoria da revolução nacional, a ideia de conflito expressa um caráter progressista enquanto uma teoria da mudança social original que, por atentar para a natureza historicamente condicionada do desenvolvimento na periferia mundial, concebe a democracia como processo de democratização.

O nacionalismo na obra de Guerreiro e Sodré assume uma expressão política e estratégica, e, portanto, contingente. O nacionalismo que, ao apontar para as contradições teóricas e práticas de fórmulas transplantadas viabilizara o desenvolvimento industrial e a constituição de uma classe trabalhadora apta à participação política autônoma, era agora mobilizado como instrumento de uma concepção de revolução que, baseada na dinâmica do conflito social, visava contribuir para a organização das classes progressistas, com o protagonismo do povo, para a defesa das reformas de base e ampliação da participação democrática no Brasil.

"O aviltamento do problema democrático deriva de que a manutenção das liberdades democráticas permite o esclarecimento político, e o esclarecimento político permite a tomada de consciência pelo povo, e a tomada de consciência pelo povo permite a execução das tarefas progressistas que a fase histórica exige. Manter as liberdades democráticas, significa, pois, inevitavelmente, ter de enfrentar aquelas tarefas e resolvê-las, segundo a correlação de forças, quando as forças populares são muito mais poderosas do que as que estão interessadas na manutenção de uma estrutura condenada. (SODRÉ, 1962: 29-30)

O nacionalismo não estipula nem uma unidade essencial da nação, nem uma unidade teleológica, situada ao fim de um processo histórico de construção da identidade. A particularidade nacional, isso sim, informa uma estratégia política de libertação revolucionária. O nacionalismo é antes conflito que coesão: opera-se, portanto, um deslocamento importante

na tradição semântica do conceito de nacionalismo, tal como desenvolvido na experiência política brasileira até a década de 1950.

4 - BIBLIOGRAFIA:

LYNCH, Christian. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados*, v.56, n.4, p.727-767, 2013.

_____. Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p. 27-45, Jan./Abr. 2015.

MORAES, João Quartim de. O programa Nacional-democrático: fundamentos e permanência. IN: MORAES, João Quartim de & DEL ROIO, Marcus (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2000. v 4 – Visões do Brasil. pp. 151-205.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

_____. *A crise do poder no Brasil (problemas da revolução nacional brasileira)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

_____. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

SODRÉ, Nelson Werneck. *As raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

_____. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: ISEB, 1961.

_____. *Quem é o povo no Brasil?* In: *Cadernos do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. *Introdução à Revolução Brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *Formação histórica do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.